

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO.

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE MERCEDES – PR

Ref.: Pregão Eletrônico nº 30/2026 / Processo nº 60/2026

Licitante Recorrida: DUDA COMERCIO LTDA PR

I – SÍNTESE E TEMPESTIVIDADE

A empresa **DUDA COMERCIO LTDA PR**, no exercício do seu direito de defesa, apresenta contrarrazões ao recurso da Recorrente representada por seu sócio proprietário Sr. Daniel Tiago Fiedler, que busca a desclassificação da Recorrida no **Item 04** do supracitado processo licitatório. A peça é tempestiva, conforme o item 8.7 do Edital e o Art. 165 da Lei 14.133/21.

II – DAS RAZÕES

1. Da Ausência de Catálogo e a Suficiência da Proposta (Item 4.9 do Edital)

A Recorrente alega que a falta de catálogo impede a verificação técnica. Todavia, a Recorrida apresentou **descrição técnica detalhada** no sistema, vinculando-se integralmente às exigências do Termo de Referência (TR).

- **Fundamento:** O item 4.3 do Edital é claro: *"Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante"*.
- Além disso, o item 4.9.4 do TR prevê que o catálogo deve ser fornecido, mas não estabelece que sua ausência inicial é motivo de desclassificação imediata, sendo vício sanável por **diligência** (Art. 59, §2º da Lei 14.133/21).

2. Da Comprovação dos Itens Obrigatórios (Case, Fone, Cabos)

Diferente do alegado, ao ofertar o item com base na descrição do Edital, a Recorrida

assume o compromisso de entrega do **conjunto completo**. A ausência da menção individual de cada acessório na proposta não significa sua exclusão, mas sim a aceitação tácita do Termo de Referência, que já os inclui como obrigatórios.

3. Da Desnecessidade de Diligência e a Suficiência da Descrição Técnica

Diferente do que sustenta a Recorrente, a proposta da Recorrida não é "genérica". Ela contém a descrição do objeto que atende pontualmente aos requisitos do Termo de Referência. O Pregoeiro, em sua análise soberana, entendeu que as informações prestadas eram suficientes para o julgamento de aceitabilidade.

A ausência de catálogo não gera "presunção", mas sim vinculação contratual. Se a Recorrida descreveu o produto, ela está obrigada a entregá-lo. Portanto, não houve necessidade de abertura de diligência, pois não havia dúvida a ser sanada: a proposta já era completa em sua essência técnica. Desclassificar por falta de um PDF (catálogo) quando a informação técnica já consta no sistema seria um purismo formal que atenta contra a economicidade.

4. Do Prazo de Validade da Proposta: Erro Material Sanável

A Recorrente aponta que a proposta indicou 10 dias de validade. Trata-se de **evidente erro material de digitação**.

Seria um contrassenso jurídico desclassificar a melhor proposta por um erro de digitação, quando a própria participação no certame implica aceitação das regras editalícias (60 dias).

O item 11.8 do Edital prevê: *"O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante"*. O TCU reforça que erros que não afetam o preço ou o objeto devem ser saneados (Acórdão 1.211/2021-Plenário).

III – DO PEDIDO

Requer que seja **NEGADO PROVIMENTO** ao recurso interposto, mantendo-se a

classificação da empresa **DUDA COMERCIO LTDA PR**, prestigiando o interesse público e a seleção da proposta mais vantajosa para o Município de Mercedes.

Mercedes, 23 de abril de 2026

DUDA COMÉRCIO LTDA

CNPJ: 57.717.918/0001-73

Responsável Legal: MÁRCIA LIDIANE SCHUMACHER

e-mail: **contseccontabilidade@gmail.com**